ATO Nº 306/2021.

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE
DIREITO REAL DE USO DE
EQUIPAMENTOS DO CIRENOR.**

O **CIRENOR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 14 de julho 458, na cidade de Sananduva, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.344.304/0001-43, neste ato representado pelo Presidente, **ULISSES CECCHIN**, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, Prefeito Municipal de Ibiaçá, residente na Rua do Comércio nº 07 em Ibiaçá/RS, CEP 99940-000, RG 1022407173 e CPF/MF nº373.815.550-34, expedida pela SJS/RS, doravante denominado de **CONCEDENTE**, e, do outro lado, a empresa **DARCI PAULO FORNAZIERI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº16.611.560/0001-12, com sede na Rua Alcides Luiz da Silva, nº 299, no Bairro loteamento Leonardo Ilha na cidade de Passo Fundo-RS, Cep nº 99.052-337, neste Ato representada por **DARCI PAULO FORNAZIERI**, inscrito no RG sob nº 1049681156 e CPF sob nº 548.616.590-00, doravante denominada de **CONCESSIONÁRIA**, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e no PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2020, firmam este ato nos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes, vinculando-se, mesmo que não transcritas neste ato, todas as cláusulas e condições do edital de abertura do certame:

PRIMEIRA – Constitui objeto da presente concorrência pública, a outorga de concessão real de uso da USINA ASFALTICA A QUENTE MODELO MARGUI 60/80, instalada na área industrial do município de Sananduva, de propriedade do CIRENOR e outorga de concessão real de uso da Vibroacabadora, Rolo Compactador e espargidor. A CONCESSIONÁRIA somente poderá utilizar o equipamento para **produção e distribuição** de material **aos municípios consorciados**.

O valor a ser pago pelo CONCEDENTE a CONCESSIONÁRIA será de R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais) por tonelada usinado, incluindo mão de obra e material base (pó de brita, pedrisco e/ou brita) e distribuição (espargir material, distribuir material, compactar material); No referido valor está incluído o serviço de carregamento, o qual deve ser realizado por máquina e operador da empresa concessionária. Também está incluído no valor proposto laboratorista sempre que necessário, operador de espargidor, operador de vibroacabadora, operador de rolo compactador, pessoal para trabalho braçal;

SEGUNDA – Toda e qualquer, benfeitoria, modificação e/ou adequação no imóvel objeto da presente concessão, somente poderá ser executada após prévia e expressa aprovação e consentimento do CIRENOR, mediante requerimento devidamente protocolado pela **CONCESSIONÁRIA**.

Parágrafo Único – A **CONCEDENTE** disponibilizará o imóvel com as condições necessárias para instalação do empreendimento, quais sejam, energia elétrica trifásica, abastecimento de água e infraestrutura de acesso e os equipamentos.

TERCEIRA – A **CONCESSIONÁRIA** disponibilizará pessoal técnico especializado para operar a Usina Asfáltica, laboratorista sempre que necessário, Material básico (pó de brita, pedrisco e brita) um carregador e operador para carregador. A **CONCESSIONÁRIA** disponibilizará também pessoal técnico especializado para operar a Vibroacabadora, o Rolo compactador, o espargidor e pessoal para trabalho braçal.

QUARTA - A **CONCESSIONÁRIA** não poderá utilizar o objeto deste ato para fins adversos ao definido no objeto, sendo o mesmo fornecer/distribuir massa asfáltica aos municípios consorciados.

QUINTA - A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pela **CONCEDENTE**, através do responsável ILTON NUNES DOS SANTOS, Diretor Executivo do CIRENOR, em sua indisponibilidade será substituído por LENARA BASSOLI SEGATTO.

SEXTA - O presente ato terá **vigência pelo prazo de 02 (dois) anos**, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período, a critério do CIRENOR.

§ 1º - Ao término do período de vigência da concessão de uso, o imóvel e seus acessórios deverão ser restituídos ao **CONCEDENTE**, sendo que as benfeitorias necessárias nele edificadas reverterão ao patrimônio público, sem qualquer direito a retenções e/ou indenizações, com exceção dos equipamentos adquiridos, os quais poderão ser removidos;

§ 2º - Ocorrendo abandono, encerramento das atividades comerciais, falência ou concordata, a desocupação do imóvel antes do término do prazo ou a transferência a terceiros do empreendimento, poderá o **CONCEDENTE** retomar imediatamente o bem e suas benfeitorias, sem direito à indenização.

SÉTIMA - Todas as despesas de pessoal, inclusive recolhimentos de impostos trabalhistas e de prestação de serviço, ficarão a cargo da **CONCESSIONÁRIA**.

OITAVA - São, ainda, obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

a) Fazer diariamente, a manutenção, limpeza e higiene do objeto da presente concessão de uso, bem como, das instalações e dependências;

b) Realizar, às suas expensas, as melhorias, adaptações e serviços necessários ao regular funcionamento do empreendimento, observando o prazo máximo de 06 (seis) meses contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante pedido fundamentado;

c) Usar o bem com zelo, mantendo-o sempre limpo e nas condições necessária à sua utilização, sendo que todas as despesas necessárias aos serviços de reparação e conservação correrão à conta exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**.

NONA - Os direitos decorrentes desta concessão são impenhoráveis, não podendo incidir qualquer ônus sobre os mesmos.

DÉCIMA - Em caso de dissolução ou qualquer ato superveniente que signifique a dissolução da **CONCESSIONÁRIA**, o imóvel reverterá ao domínio público, que promoverá a adequada destinação do patrimônio com vistas à preservação do interesse público e social.

DÉCIMA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DÉCIMA SEGUNDA – Se, a CONTRATADA, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa quando solicitado, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita as seguintes sanções:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, do início das atividades sobre o valor do investimento do CIRENOR no parque de máquinas;

b) 5% (cinco por cento) sobre o investimento, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

§ 1º - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo CIRENOR, quando for o caso;

§ 2º - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - As sanções previstas deverão ser calculadas sobre o valor do investimento do CIRENOR na aquisição da Usina a quente, da vibroacabadora, do Rolo compactador, do espargidor e de futuros bens que para a concessionária seja entregue.

DÉCIMA TERCEIRA – Este contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral do **CONCEDENTE** nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o **CONCEDENTE**;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

DÉCIMA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Sananduva para resolver as dúvidas e/ou casos omissos que porventura venham a surgir sobre o presente instrumento, com renúncia expressa a todos os demais, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente contrato, na presença de duas testemunhas, que, achado conforme e assinado, foi entregue as partes contratantes.

Sananduva RS, 26 de agosto de 2021.

**CIRENOR
ULISSES CECCHIN
CONCEDENTE**

**DARCI PAULO FORNAZIERI-ME
DARCI PAULO FORNAZIERI
CONCESSIONÁRIA**

Testemunhas:

Nome: LENARA BASSOLI SEGATTO

CPF: 030.238.530-45

Nome: MARLENE TERESINHA VIERO

CPF: 002.604.590-70